

Andanças de um pesquisador

MARIA CILDA SOARES DA COSTA
Professora Assistente do Departamento de
História da Ufes — Mestre UFF — 1989

Ao término de nossas andanças para concretização de dissertação de mestrado, sentimos necessidade de tecer algumas reflexões sobre a real condição de pesquisa oferecida pelas instituições obrigatoriamente pertinentes à nossa área de formação Histórica.

Infelizmente, o poder público não tem dirigido sua preocupação para a conservação dos documentos. Mesmo as instituições oficiais, como Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Estadual — apesar de podermos considerá-las como as melhores entre as visitadas, não dispõem de verbas para restauração e preservação de documentos, o que motiva perdas e lacunas em seus acervos.

O problema começa a se agravar quando, por força de tema em estudo, somos obrigados a procurar outros arquivos, que às vezes se encontram no interior do Estado. As dificuldades se tornam, então, obstáculos intransponíveis.

A penetração nos arquivos cartoriais é sempre difícil, requerendo verdadeira catequese dos tabeliães, que não possuem, salvo raríssima exceção, mentalidade de pesquisa. O titular dos cartórios tem, como principal meta, atender bem a parte de onde virá o numerário. Assim nossa presença se lhe afigura como um contratempo, algo que incomoda e perturba a dinâmica destas repartições públicas. Isto sem falar do medo do fuçar da história. Apesar de, por força do ofício, estes arquivos se apresentarem razoavelmente conservados, isto não significa que nestas instituições haja local destinado à guarda dos documentos mais antigos. Normalmente, estão colocados em caixas, em porões ou em sótãos, com bastante remédio para as traças.

Percorrendo os cartórios de Aracruz, Linhares, Colatina e Vitória, encontramos somente no tabelionato do Dr. Samuel Costa (Aracruz), um arquivo organizado, instalado em local adequado e o mais importante, é que sentimos neste tabelião uma ampla conscientização do quanto é importante preservar a memória histórica do nosso Estado.

Os arquivos municipais destacam-se pelo abandono, apresentando questões de infra-estrutura, como falta de recursos para a sua organização e manutenção, ausência de pessoal qualificado. O caso de Linhares tem um agravante gerado por fato singular: em 1907, Linhares perdeu sua condição de município e todo o seu acervo foi transportado para Colatina. Embora tenha readquirido sua municipalidade em 1943, seu arquivo permaneceu no porão da Câmara de Colatina, de onde as águas do rio Doce, na enchente de 1979, o levaram quem sabe, revoltadas pelo descaso da esfera pública com os registros históricos.

Sem poder lutar e sem meios de recuperação, temos que enfrentar os estragos de um outro fantasma aterrador e implacável no seu trajeto — o incêndio —, que fez seu habitat no Espírito Santo. O acervo documental da Secretaria de Agricultura perdeu-se em conseqüência da ação destruidora do fogo, que só deixou intactos os livros de ponto.

Na década de 70, o arquivo do Instituto de Terras, Cartografia e Floresta (ITCF), órgão da Secretaria de Agricultura, teve 1.500 processos microfilmados em 16 mm. A firma responsável pela realização do trabalho utilizou máquina inadequada, levando os seus funcionários a cortarem, com tesoura, parte dos

processos, a fim de procederem à microfilmagem. Informações históricas preciosas foram truncadas e a trama do tecido agrário espírito-santense sofreu rachaduras irrecuperáveis. Como se não bastasse a operação tesoura, a firma não procedeu à reorganização do acervo documental, jogando dispersas, em caixas de papelão, as peças integrantes dos processos. Hoje, graças a toda essa irresponsabilidade, temos microfimes dos quais não podemos obter dados completos e estamos também impossibilitados de recorrer ao original, que se encontra desfigurado, mutilado, desordenadamente depositado em caixas modelo A no Arquivo Público Estadual, em Vitória, onde estagiários iniciaram paciente trabalho de reorganização, infelizmente interrompido em virtude da não renovação dos contratos, pelo governo passado, justificada como medida de economia. Mais uma vez, a interferência da esfera pública comprimiu as possibilidades dos serviços prestados pelo Arquivo Público Estadual à comunidade científica espiritossantense.

O acesso a esta documentação no ITCF nos foi possível, graças à competência profissional do seu encarregado, José Carlos Pedrini, que possuidor do fio de Ariadne, consegue livre trânsito neste labirinto, além da boa vontade de Luís Ronaldo da Silva, outro funcionário.

O arquivo fazendário do Estado, que reúne documentos de todos os municípios do Espírito Santo, a partir de 1835, ficou quatro longos anos trancado no porão do Palácio Anchieta visitado por traças e cupins, produzindo estragos irreparáveis. A transferência para outro prédio foi realizada em dezembro de 1986, mas ainda não oferece condições de pesquisa. Neste depósito, encontram-se em virtude do nosso objeto de estudo (lavoura cacaueteira), documentos de primeira importância para nosso trabalho: as guias de exportação. A dedicação, responsabilidade e ajuda profissional de Maria de Fátima Balestreiros, coordenadora deste Grupo Documental, possibilitaram em meio a penosas tarefas, a leitura desta fonte.

Nossa peregrinação nos levou a outros Estados (Bahia, Rio de Janeiro) onde constatamos com profundo pesar, que esta teia destruidora da memória histórica do país também se faz presente:

As considerações acima evidenciam os limites impostos ao pesquisador na busca de seu universo documental. Na realidade, somos garimpeiros, andando à cata de nossas preciosidades históricas: